

As origens da diplomacia: investigando o significado do “internacional” na Pré-História

The origins of diplomacy: investigating the meaning of the “international” in prehistory

Eugênio Vargas Garcia*

Resumo

Existe hoje consenso de que o modelo clássico westfaliano de Estados soberanos apresenta severas limitações. A busca de um mito fundador para as RI implica recuar muito antes do marco de Westfália (1648). Sugere-se que o momento fundador das relações internacionais teria ocorrido no “primeiro encontro” entre bandos diferentes de *Homo sapiens* no Paleolítico, cerca de 150-100 mil anos atrás. Propõe-se estudar a dinâmica “internacional” entre grupos caçadores-coletores pré-históricos que, embora vivendo em uma era pré-estatal, desenvolveram diversos tipos de interação. Três alternativas são consideradas: não contato ou ausência de relações por fuga ou isolamento; conflito ou relações hostis movidas por instinto de autodefesa (aparecimento do fenômeno da guerra); e cooperação ou relações amistosas, escambo e outras formas de intercâmbio, incluindo a diplomacia.

Palavras-chave: História das Relações Internacionais; Diplomacia; Pré-História; Mito Fundador; Caçadores-Coletores.

Abstract

There is a consensus that the classic Westphalian model of sovereign states suffers from severe limitations. The search for an IR founding myth entails going back much before the milestone of Westphalia (1648). It is suggested that the founding moment of international relations would have occurred during the “first encounter” between two distinct bands of *Homo sapiens* in the Paleolithic, around 150-100,000 years ago. A case is made to study the “international” dynamic among groups of prehistoric hunter-gatherers, which, although living in a pre-state era, developed several modalities of interaction. Three scenarios are considered: non-contact or absence of relations by retreat or isolation; conflict or hostile relations triggered by an instinct of self-defense (birth of war); and cooperation or friendly relations, barter, and other types of exchange, including diplomacy.

Keywords: History of International Relations; Diplomacy; Prehistory; Founding Myth; Hunter-Gatherers.

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e Professor do Instituto Rio Branco. As opiniões expressas aqui são de responsabilidade exclusiva do autor.

Introdução

Este artigo argumenta que o momento fundador das relações internacionais teria ocorrido no “primeiro encontro” entre dois bandos diferentes de caçadores-coletores nômades no Paleolítico. Depois de expor a conveniência de estudar mais detidamente a era pré-estatal do *Homo sapiens*, avalia-se quais cenários poderiam ter advindo daquela “interação original”, assim como alguns de seus desdobramentos no período pós-contato, incluindo o surgimento de uma diplomacia embrionária.

Atualmente, poucos são aqueles que cingem as relações internacionais exclusivamente ao plano das relações entre-nações/entre-Estados. Já se tornou quase um truísmo afirmar que as soberanias estão sendo desafiadas por forças não estatais, subnacionais, transnacionais e supranacionais. Embora úteis, narrativas centradas no Estado-nação não esgotam as abordagens possíveis. É cada vez mais anacrônico adotar uma visão restritiva do vasto escopo coberto pelas RI. Talvez algum dia se cogite em atualizar o nome da disciplina, mas, por enquanto, seu cânone parece refletir uma visão etnocêntrica, historicamente datada, que arrisca moldar *a priori* o seu objeto de estudo¹.

Ferguson e Mansbach (2004), por exemplo, descreveram a política mundial no pós-Guerra Fria como “pós-internacional”. Estaríamos diante de um mundo multicêntrico mais complexo, com múltiplas lealdades e fontes de autoridade, diferentes unidades coexistentes, proliferação de atores, identidades sobrepostas e territorialmente difusas, perda relativa de sentido e maior imprevisibilidade. Antes disso, a fase denominada “internacional” teria caracterizado o período entre a Paz de Vestfália e o fim da Guerra Fria. A uniformidade do espaço político nessa fase “internacional” seria um evento peculiar à era moderna. A história do mundo antes de 1648, por sua vez, corresponderia à era “pré-internacional”. Sugerem, pois, que estudar o passado pré-1648 daria ao analista um instrumental teórico mais consentâneo com os dilemas atuais: “A experiência pré-vestfaliana pode ser mais relevante para nosso entendimento do presente e do futuro do que a relativamente breve era da política interestatal. A política global hoje se parece de algum modo com a política tal como era antes do alvorecer da era europeia de Estados soberanos” (FERGUSON; MANSBACH, 2004, p. 61). A questão seria saber até onde podemos recuar para trilhar esse caminho de investigação do “pré-internacional”.

Relações “internacionais” na Pré-História: por que não?

Como disciplina acadêmica, as RI costumam ter seu nascimento situado ao final da Primeira Guerra Mundial. Seu objeto de estudo, porém, obviamente precede em muito essa data. Mas quando exatamente as relações internacionais teriam de fato começado, assim como a diplomacia? Temos, sim, avançado na inclusão de uma perspectiva histórica de fundo na disciplina. Bons manuais de RI já incorporam pelo menos um capítulo dedicado à História, no qual os estudantes aprendem que havia “sistemas de Estados” na Grécia Antiga, na Índia antes de Chandragupta Maurya, na China depois da dinastia Zhou ou na Itália renascentista. Alguns

1 Cf. entre outros: Schweller, 2014; Kissane, 2014; Bremmer, 2013; Goldin, 2013; Kupchan, 2012; Laïdi, 2001.

autores retrocedem sua análise até as primeiras civilizações do Crescente Fértil, para englobar a Suméria e o Egito Antigo (WATSON, 2004; COHEN; WESTBROOK, 2000). Ainda que seja uma evolução positiva, persiste a prática de transferir ao passado atributos de um sistema, como o de Vestfália, que teve sua origem atrelada à Europa do século XVII e que não necessariamente vem a ser o melhor modelo explicativo aplicável à política mundial de todas as épocas.

Osiander (2001), Teschke (2003) e outros demonstraram que, historicamente, o significado que estudiosos de RI atribuíram *a posteriori* aos Tratados de Münster e Osnabrück guardava na verdade pouca relação com o “modelo de Vestfália” propriamente dito e que veio a ser largamente difundido². Como assinalou um articulista: “*Um ponto comumente acordado é que o sistema estatal soberano como o conhecemos não nasceu em 1648 ou que ‘a Paz de Vestfália’ não foi tratada enquanto tal à sua época e considerá-la como uma gênese foi algo inventado bem depois de 1648*” (SHIBASAKI, 2013, p. 42). Essa desconstrução já foi feita e não precisa ser repetida aqui. O mito de 1648 foi perpetuado por ser uma forma conveniente e simplificada de explicar o sistema de Estados europeus para daí extrair ilações aplicáveis à macroestrutura do sistema internacional no período moderno e contemporâneo. Produziu, todavia, efeitos deletérios à compreensão do presente. O mundo pós-Guerra Fria é demasiadamente intrincado, desordenado e imprevisível para caber na moldura teórica linear vestfaliana. Ainda hoje, a persistência do modelo continua a influenciar o discurso político e contribui para obscurecer o entendimento adequado das complexidades da era globalizada. Esse diagnóstico não é novo. No entanto, se a referência à Paz de Vestfália já não satisfaz, há outros candidatos a substituí-la?

Em vez de buscar a origem do “moderno” sistema de Estados, uma alternativa seria talvez examinar o ponto de partida das relações internacionais em sentido lato, isto é, regressar ao seu verdadeiro começo como experiência humana. De certa maneira, esforço equivalente já foi tentado antes por grandes pensadores que interpretaram o “estado de natureza”, em particular Hobbes (1985) e Rousseau (1996). No caso do primeiro, sua visão crua de uma “guerra de todos contra todos” constitui uma das referências ontológicas mais conhecidas do pensamento realista. Rousseau, ao contrário, afirmou que não haveria “*uma inclinação natural no homem para que lute contra seus companheiros*”, construindo a partir daí sua imagem do “bom selvagem”, pacífico, não corrompido pelas instituições. Ambos imaginaram uma abstração intelectual aplicada à era pré-social da humanidade, como recurso argumentativo para reflexões sobre a filosofia política (ROUSSEAU, 2003, p. 57).

Este artigo propõe uma abordagem diferente. Longe de sugerir um reexame das teses contratualistas, tenciona-se especular em torno do que poderia ter sido um “primeiro encontro” entre dois grupos humanos distintos, utilizando para tanto um enfoque histórico-mundial. O campo da história mundial valoriza processos de longa duração e interconexões globais em padrões amplos de análise e pesquisa. Sua perspectiva é intrinsecamente transnacional, intercivilizatória e multidimensional. A história mundial pode abordar questões tanto do ponto de vista da integração (processos que aproximam comunidades) quanto da diferença (diversidade de tradições e experiências). De acordo com a definição sucinta de um de seus expoentes: “*Para colocar em termos simples, a história mundial é a estória das conexões dentro*

² Entre os principais autores, cf. Stirk, 2012; Teschke, 2003; Osiander, 2001; Krasner, 1999.

da comunidade humana global. O trabalho do historiador-mundial é retratar o cruzamento das fronteiras e o encadeamento de sistemas no passado humano” (MANNING, 2003, p. 3).

O historiador William McNeill empregou o termo “encontros entre estranhos” para sublinhar a importância dessas interações, ou seja, transmissão de costumes e conhecimentos como fator que impulsiona mudanças de alcance mais profundo. Foi ainda mais categórico ao asseverar que, como resultado de seus estudos sobre civilizações, teria chegado à conclusão de que “*encontros com estranhos foram a principal força de tração da mudança social*” (McNEILL, 1995, p. 12). Vinculado a isso está a questão do estrangeiro, conceito-chave para as RI. Com efeito, o estranho costuma ser associado ao diferente, ao desconhecido e ao misterioso. Na língua portuguesa, a origem etimológica da palavra “estrangeiro” é a mesma de “estranho”: ambas vêm do latim *extrānĕus*. Outras línguas latinas conservam idêntica relação, como no caso do francês (*étranger/étrange*) e do espanhol (*extranjero/extraño*).

Em mais um desafio às correntes teóricas predominantes, Kees van der Pijl redigiu uma ambiciosa trilogia com o objetivo declarado de ampliar o domínio coberto pela disciplina de RI, redefinindo-a como “*relações entre comunidades ocupando espaços separados e tratando umas às outras como outsiders*” (PIJL, 2007, p. vi). O “internacional” seria uma contingência histórica que pode assumir diferentes configurações ao longo do tempo. Com base na noção marxista de “modos de produção”, Pijl elaborou o conceito de “modos de relações exteriores”, cujo primeiro exemplo concreto seria o das “relações tribais”, existentes desde a época dos primeiros homínidos: “*Não há um ‘1648’ para as relações exteriores; as origens da diferença entre comunidades humanas devem ser rastreadas à forma como supomos que elas começaram a socializar seu relacionamento de natureza externa e interna e umas com as outras desde o próprio amanhecer da humanidade*” (PIJL, 2007, p. 25).

Em outro estudo inovador, Buzan e Little defenderam *inter alia* a ideia de integrar a Pré-História às RI e analisaram os sistemas “pré-internacionais” dominados por bandos de caçadores-coletores. Avaliaram que seria “tanto produtivo quanto necessário” estudar os sistemas que evoluíram por milhares de anos antes da ascensão das cidades-Estado. Tais sistemas “pré-internacionais” seriam não apenas os precursores dos sistemas internacionais, mas coexistiriam com eles pelo menos até o século XX. Para esse fim, os dois autores propuseram uma aproximação entre as RI e a história mundial e aplicaram aos tempos pré-históricos o instrumental teórico que desenvolveram para o estudo dos sistemas internacionais em termos de unidades, capacidade de interação, processo e estrutura. Sua proposta analítica buscava atenuar alguns defeitos que acometem a vertente mais ortodoxa da disciplina, a saber: presentismo, a-historicismo, eurocentrismo, anarcofilia e estadocentrismo (BUZAN; LITTLE, 2000, p. 1-3).

O momento fundador do primeiro encontro

Para auscultar as origens da diplomacia e do que entender por relações “internacionais”, talvez seja hora de lançar um novo olhar sobre a Idade da Pedra Lascada. Hipóteses científicas sobre a vida pré-histórica são em geral construídas a partir de fósseis, achados arqueológicos

e, com o avanço da genética, análises de DNA. Derivam também de pesquisas sociológicas ou analogias etnográficas, extraídas da observação, por antropólogos contemporâneos, de tribos nômades, como os inuítes (esquimós) da América do Norte, os aborígenes australianos ou os bosquímanos do *deserto* do *Kalahari*. Conquanto ainda seja precário o estudo da Pré-História, por falta de evidências para reconstruir com firmeza suficiente um passado longínquo e obscuro, é possível esboçar algumas interpretações fundamentadas sobre o assunto, com o auxílio da antropologia política.

Para escolher um “começo”, devemos partir de um grupo de homínídeos que seja considerado semelhante ao homem moderno, tanto em termos de anatomia quanto em capacidade cognitiva e comportamento, ainda que com todas as ressalvas e limitações inerentes a um exercício dessa natureza. Isso elimina o *Homo erectus* e todos os homínídeos anteriores a ele (*Homo habilis*, *Homo ergaster* e outros). Exclui também os Neandertais, espécie extinta que, embora apresente similaridades, não deve ser confundida com um antepassado direto nosso. Não há dúvida, porém, de que o *Homo sapiens* seria a opção disponível mais segura. Assim, de um ponto de vista histórico-mundial, as relações internacionais teriam começado no primeiro contato entre bandos nômades caçadores-coletores no Paleolítico, antes, portanto, do advento da agricultura e da transição do nomadismo para as sociedades sedentárias (Neolítico). As evidências fósseis obtidas até o momento apontam para o surgimento do *Homo sapiens* em algum lugar da África, há aproximadamente 250-200 mil anos, no Paleolítico Médio³.

Evidentemente, este não é o lugar para um debate sobre a origem da espécie humana, investigação que pertence aos campos da biologia evolutiva e da paleoantropologia. Mas, como a constituição anatômica precedeu o pensamento simbólico, que apareceu milhares de anos depois, o primeiro encontro entre dois bandos *realmente* humanos poderia ter ocorrido entre 150-100 mil anos atrás. E, se fôssemos adotar como critério a modernidade comportamental plena associada ao *Homo sapiens*, incluindo o desenvolvimento da linguagem, o corte cronológico teria de ser talvez situado há 50-40 mil anos, adentrando o Paleolítico Superior. Não obstante, seria conceitualmente irrelevante determinar uma data exata ou lugar na Pré-História para o momento fundador que se procura, algo virtualmente impossível de se alcançar. Como um mito fundador, o primeiro encontro não precisa ser localizado rigorosamente no tempo e no espaço. Tampouco se advoga pela necessidade de delimitá-lo com um “antes” e um “depois”, de resto um intento de pouca serventia fadado a estar em contradição com a ideia de perpétua mutação do devir histórico. Mais importante é a percepção de que a “interação original” lançou as bases do fenômeno “internacional”, visto aqui na sua forma mais elementar.

Bandos ou hordas de caçadores-coletores são unidades móveis, socialmente simples, originadas do núcleo familiar, cujo vínculo primário se dá pelo parentesco. Formam grupos relativamente autossuficientes, com cerca de 25-50 indivíduos (os números variam para mais ou para menos). Levam uma vida itinerante, em geral circunscrita a um território impreciso, atrás do sustento que retiram do meio. De seus acampamentos temporários ou abrigos naturais, saem para buscar sua alimentação diária, baseada na caça e pesca, coleta de vegetais, frutos silvestres, raízes, tubérculos e sementes. Utilizam o fogo e se dedicam à produção de artefatos

³ Cf. Seddon, 2014; Tattersall, 2012; Roberts, 2011; Wade, 2007; Leakey, 1997; Clark, 1975.

rústicos, como ferramentas de corte e perfuração feitas de ossos, madeira e lascas de pedra e sílex (CUMMINGS, 2014).

O bando é a forma mais básica de organização política, a menor unidade político-social de uma sociedade ágrafa sem Estado. Quase não há divisão do trabalho, estratificação e tampouco acumulação de excedentes. As diferenças se resumem sobretudo à idade e ao sexo. Mas a existência de uma estrutura social não hierarquizada, horizontal, essencialmente igualitária, não implica ausência absoluta de líderes. A exemplo dos bandos de primatas do reino animal, onde alguns indivíduos mais preeminentes se destacam, pode haver uma liderança fluida, informal e contingente, fundada em atributos individuais, como vigor físico, inteligência ou senioridade. Reconhecendo que a autoridade era difusa, não havia prática estabelecida nem legitimidade atribuída para escolher quem deveria representar formalmente a comunidade como um todo externamente.

O sucesso de cada unidade dependia de três pilares essenciais: recursos (tudo aquilo que o meio ambiente pudesse fornecer), organização (modo como os indivíduos se articulavam socialmente para perseguir suas potencialidades) e tecnologia (capacidade técnica para explorar, de forma organizada, os recursos disponíveis). Na maior parte do tempo, prevalecia um modo de vida cooperativo, necessário para prover a subsistência do grupo. A organização para a caça de animais, por exemplo, tradicionalmente vista como uma tarefa masculina, exigia um grau mínimo de coordenação, trabalho em equipe, destreza e conhecimento dos hábitos da presa e de seu ecossistema. A partilha colaborativa dentro do bando também exercia uma função social importante, que se tornava mais premente quando os recursos escasseavam (KELLY, 2013).

Como estavam sempre em movimento, esses bandos autônomos poderiam em algum momento deparar-se com grupos vizinhos. Mais ainda se o esgotamento das fontes de recursos em determinado lugar forçasse uma migração por necessidade. Os bandos não tinham, contudo, uma noção elaborada de fronteira como “linha divisória”, de territórios fechados e claramente demarcados. Para alguns autores, não existiria, por conseguinte, o conceito de “invasão”, o que é discutível (FRIED, 1976, p. 98). Mesmo assim, possuíam consciência do território por onde costumavam transitar. No sentido negativo, a fronteira poderia ser uma barreira natural ou uma área de separação, às vezes tida como “proibida”, objeto de mau agouro e/ou conexões com o sobrenatural. No sentido positivo, seria antes uma zona de transição, onde os grupos adjacentes entram em contato uns com os outros.

Na fase pré-contato, não havia “anarquia” nem “equilíbrio de poder” pelo simples fato de que os bandos se desconheciam por completo e conformavam um não-sistema, no qual a independência “soberana” do grupo, antes de qualquer interação, só adquiria valor enquanto consciência limitada de si como ente coletivo singular. Pode-se perguntar: autodeterminação em relação a quem? Sem o Outro não existe o “internacional”. Precisamente por isso, contemplando a hipótese de um primeiro encontro, Otterbein previu um dilema de soberania: “A migração e a difusão de bandos de caçadores e coletores em terras inabitadas produzem um espraiamento. Com o tempo bandos encontrarão bandos dos quais não tinham conhecimento algum. Quando dois bandos entram em contato, cada um se depara com o ‘problema da soberania’ (meu termo): se se incorporam ao outro grupo, se fogem, ou se atacam um ao outro” (OTTERBEIN, 2004, p. 81).

Para mostrar como atores podem interagir socialmente uns com os outros, como exercício analítico sobre a produção e reprodução de identidades, Wendt concebeu um primeiro encontro *in abstracto* entre Ego e Alter em “um mundo sem ideias compartilhadas”. Adotou como pressuposto que essas duas entidades fictícias, Ego e Alter, não dividem representações, “*mas provavelmente ainda portarão consigo para seu encontro ideias preconcebidas sobre quem eles são, as quais geram papéis tentativos e formam o ponto de partida para sua interação*” (WENDT, 1999, p. 328). A partir daí, cada lado constrói sua “definição da situação”, que vai influir diretamente nas ações que ambos irão adotar *vis-à-vis* a seu interlocutor. Nesse modelo experimental, “a incerteza resultante pode afetar o comportamento, particularmente induzindo precaução com a segurança física, como Realistas enfatizariam, mas a única maneira para que os atores atinjam seus objetivos é tentar trazer à frente seus respectivos entendimentos, é comunicar-se”. A chave estaria em como Ego e Alter “representam a si mesmos no começo do seu encontro, visto que isso determinará a lógica da interação por vir” (WENDT, 1999, p. 330-332).

Isso posto, de volta ao Paleolítico, o que teria acontecido no mítico encontro originário? Uma reação instintiva de medo e cautela teria gerado impulsos de evasão ou de autodefesa? Teria sido verossímil uma comunicação amigável que não redundasse em violência? Ao projetar sua primeira “definição da situação”, sem enredo nem ensaio, os dois lados não tinham precedentes aos quais recorrer e por isso não lhes era dada a escolha de desempenhar papéis previamente estabelecidos. Surpresa e perplexidade diante dessa conjuntura seriam compreensíveis. Nesse cenário hipotético, três alternativas de relacionamento podem ser sugeridas, com ênfase nas modalidades de não contato, conflito ou cooperação:

1. *Ausência de relações*. Encontrar indivíduos totalmente estranhos pela primeira vez pode ter sido uma cena aterrorizante. Se o medo é um sentimento comum ao ser humano diante daquilo que não conhece, não se pode descartar a hipótese de fuga, a forma mais primária à qual os animais recorrem para se proteger em situações de risco real e iminente. Se o bando se recusa a travar contato com o Outro, abandona a área e segue caminho distinto, possivelmente migrando para outras terras, pode se consolidar nesse caso um não relacionamento, próprio de uma atitude isolacionista. O isolamento seria uma maneira de evadir o conflito.
2. *Relações hostis*. Outra reação visceral envolve colocar-se em um estado de prontidão para a defesa, seja por ação reflexa seja por desconfiança. O primeiro contato face a face terá sido tenso, confuso, repleto de suspeitas e apreensão, com gestuais ameaçadores temperados por alguns recuos movidos pelo instinto de autopreservação. O resultado poderia ter sido um embate violento, o que marcaria o despertar primitivo da guerra⁴. Seria oportuno ter presente a definição de Quincy Wright em seu clássico estudo sobre a guerra. No sentido mais amplo, a guerra seria “o contato violento de entidades distintas, mas semelhantes”. Há, assim, um estado de guerra quando “dois ou mais grupos hostis” empreendem um conflito por meio de força armada

4 A origem da guerra tem sido objeto de controvérsias. Cf. Cashman, 2013; Fry, 2009; Gat, 2006; Guilaine; Zammit, 2005; Otterbein, 2004; Keeley, 1997.

(WRIGHT, 1988, p. 3-5)⁵. Essa definição mínima é compatível com a ideia de bandos de *Homo sapiens* entrando em choque no Paleolítico, mesmo que usassem apenas paus e pedras para infligir danos ao inimigo.

3. *Relações amistosas*. Passado o instante inicial de hesitação entre os bandos, não se pode assumir *a priori*, de modo indiscutível, que o resultado final terá sido necessariamente conflituoso, violento ou letal. Podemos admitir que o bando A era visto como uma ameaça pelo bando B, mas não que estivesse em jogo, já naquela ocasião, a sobrevivência de ambos enquanto coletividades. Em outros “primeiros encontros” históricos, como entre povos ameríndios do Novo Mundo e conquistadores europeus, há registros de contatos iniciais amigáveis precisamente porque, malgrado o que viesse a acontecer depois, os autóctones não imaginavam que as intenções dos visitantes fossem hostis. Um aceno de boa vontade do bando A teria sido a oferta de um objeto qualquer que estivesse à mão. Se reciprocado o gesto pelo bando B, estaria configurada uma “troca de presentes”. Essa interação poderia ser lida tanto como uma modalidade pioneira de escambo intergrupar, origem do comércio, quanto como um intercâmbio “diplomático” *avant la lettre*, no sentido de uma manifestação protocolar embrionária que, no futuro, seria associada a práticas usuais de civilidade.

Nesse encontro fortuito, não podemos afirmar se o bando inteiro se deparou com outro igualmente completo ou se apenas um pelotão avançado de homens caçando avistou por acaso outros homens fazendo a mesma coisa no mesmo lugar. Se caçadores homens foram os primeiros a se encontrar, a ótica de gênero obrigaria a perguntar se o resultado do contato teria sido influenciado pela condição masculina das duas partes. Nesse caso, a socialização que enaltecia a força, a virilidade e o papel protetor do macho teria estimulado o lado combativo dos oponentes, levando à luta?

Ser dotado de raciocínio e cultura, a reação do *Homo sapiens* não seria jamais redutível apenas ao instinto animal. A comunicação que tivesse havido, ainda que não verbal, transmitiria as expectativas de A para B e vice-versa em relação àquilo que desejavam da interação. Se A iniciasse uma ação considerada ofensiva por B, por imitação ou espelhamento B poderia copiar o comportamento de A e responder da mesma maneira, eventualmente criando uma representação mútua negativa dos papéis a serem repetidos depois. A estratégia de *tit for tat*, cumpre ressaltar, é vazia de conteúdo enquanto o primeiro comportamento não for dado a conhecer. Assim, se a ação de A fosse vista como afável por B, poderia instalar-se uma dinâmica positiva de altruísmo recíproco, termo que possui significado específico na biologia evolutiva, mas que genericamente pode ser entendido como uma promessa de ganhos compartilhados se as ações orientadas à cooperação tiverem um reforço continuado pelas duas partes.

Antecipar com exatidão qual via seria a escolhida pode ser difícil, se não inviável. A imprevisibilidade, em qualquer cenário, estaria presente, o que nos remete a uma das

5 Uma ressalva deve ser feita, uma vez que, para Wright, a guerra requer que as coletividades empreguem força armada “de considerável magnitude”, daí sua preocupação em caracterizar essas entidades como grupos políticos (ou “de poder”). Tal interpretação não invalida, porém, a aplicação mínima do conceito no contexto pré-histórico, no qual a força empregada era aquela disponível para a tecnologia da época. Sou grato ao parecerista anônimo da Carta Internacional por essa observação.

proposições centrais da teoria do caos: pequenas mudanças no início de um evento podem ter grandes e inesperadas consequências futuras. Se nunca saberemos ao certo como e o que teria acontecido (fugir, lutar ou cooperar), o fundamental seria, a partir desse “ano zero” perdido no tempo, indagar sobre os desdobramentos pós-contato. Para um bando pré-histórico, até que ponto haveria interesse em cooperar com indivíduos estranhos, ao invés de seguir uma trajetória isolada ou, ainda, de lançar-se a um confronto físico? Em princípio, construir confiança leva muito mais tempo do que optar pelo enfrentamento. Será nesse longo processo, no entanto, que irão emergir as condições, as capacidades e os instrumentos apropriados para negociar, ou ao menos tentar negociar, formas de coexistência não violenta.

O período pós-contato

A partir do primeiro encontro, as relações se tornam mais imbricadas e vão adquirindo complexidade crescente. A descoberta do Outro obrigou a uma tomada de consciência de que existia alguém fora do grupo, que poderia ser negado, combatido ou aceito. Com o tempo, o nível de interação externa cresceu, a alteridade (*otherness*) se desenvolveu e as zonas de contato entre os bandos de *Homo sapiens* se ampliaram consideravelmente, *pari passu* com a dispersão da espécie pelo planeta em seguida à migração para fora da África. Rivalidades territoriais podem ter tido um papel nesse movimento migratório. Em linha com a hipótese de retirada, alguns grupos poderiam ter optado pelo isolamento, mas seu número tendia a diminuir. Historicamente, teve mais apelo o lado gregário do ser humano, como criatura social que é, e as coletividades se agruparam em unidades maiores, de bandos a tribos, chefaturas, cidades-Estado e impérios.

No sistema paleolítico que nos toca analisar, bandos de *Homo sapiens* eram a unidade social primordial. Mas sabe-se que as unidades dominantes raramente estão sozinhas e podem dividir espaços com subunidades e microssistemas alheios com dinâmica própria, largamente independentes ou que interagem de forma episódica com o centro do sistema. Durante eras de transição mais longas, diferentes unidades e/ou atores convivem entre si. Essa coexistência pode ser tolerada ou, caso haja incompatibilidade profunda, levar a um confronto que resulte na subsequente eliminação da parte mais fraca. Na Europa, por exemplo, os Cro-Magnons (nome dado ao *Homo sapiens* europeu) coexistiram por certo período com os Neandertais, cuja extinção se deu alguns milhares de anos mais tarde. Discute-se se realmente houve miscigenação entre as duas espécies, mas parece razoável supor que a chegada do *Homo sapiens* no novo território tenha levado a contatos físicos, cuja frequência ou mesmo seu caráter pacífico não podemos assegurar (TATTERSALL, 2008, p. 105).

No início, não havia quase diferenciação de poder entre os caçadores-coletores, que se equivaliam em força, capacidade e tecnologia. Em virtude da pouca assimetria existente entre as unidades, não se podia falar então de uma hierarquia “internacional” de poder. Não faltavam, porém, razões para lutar. Pesquisas etnográficas sugerem que complicações frequentemente teriam origem em disputas por territórios de caça ou parceiros sexuais, mas não, pelo menos no primeiro momento, por um desejo de expansão imperial ou de imposição de domínio político

sobre outros bandos. Fontes de água ou sítios especialmente favoráveis para a existência do grupo podiam ser igualmente motivos de discórdia. Não tardou para que táticas e artefatos utilizados em caçadas fossem adaptados para fins guerreiros. Utensílios rudimentares de pedra e madeira se converteram em lanças, machadinhas e objetos cortantes mais elaborados. O *atlatl*, propulsor de projéteis e dardos, foi uma das primeiras armas de arremesso usada pelo *Homo sapiens* indistintamente tanto para a caça quanto para a defesa.

Ao abordar o problema da guerra, devemos evitar generalizações com pretensões totalizadoras ou deterministas sobre a natureza do homem e da mulher do Paleolítico. Nem Hobbes nem Rousseau apresentam uma solução satisfatória. A prevalência da paz ou da guerra não é uma condição que pode ser inferida diretamente da “natureza humana”, visto que os seres humanos têm o potencial para ambas. Seria antes uma questão de possibilidades, dependendo das circunstâncias que de fato existem em cada caso considerado. O desenlace resultante da interação não é predeterminado, seja no sentido competitivo ou cooperativo. O “dilema da segurança” não é uma consequência do estado natural. Construtivistas diriam que, antes da interação social, não há como prever se o interesse percebido levará ao conflito ou não. Quando os atores interagem socialmente estão sujeitos à estrutura intersubjetiva de identidades e interesses que surge entre eles. É esse processo de convívio que irá moldar a realidade “internacional” construída por ambos.

As relações externas dos forrageiros pré-históricos não eram exclusivamente de natureza militar ou guerreira. O vizinho não vem a ser necessariamente o seu inimigo. A guerra podia trazer benefícios tangíveis, como prestígio no interior do grupo, acesso a recursos, posse de território ou captura de mulheres (e, depois, também de escravos). Não obstante, a paz também oferecia vantagens: contenção da violência letal a limites aceitáveis, redução do risco de extermínio em caso de derrota, maior previsibilidade para as atividades necessárias à sobrevivência do bando, desenvolvimento do comércio e incentivo a outros intercâmbios. Em certas condições, a cooperação com outros bandos poderia ser necessária ou pelo menos desejável. À medida que aumentasse a frequência dos contatos com grupos mais distantes, mais chances haveria de que o vizinho pudesse ser um aliado na defesa contra ataques de bandos hostis.

Além de alianças para proteção mútua contra um adversário comum, o bando mais próximo podia fornecer parceiros para procriação, possuir recursos a serem trocados por outros, ou mesmo prover assistência em ocasiões de grande adversidade climática e ambiental. A transmissão de ideias, costumes ou inovações técnicas seria bastante facilitada se os contatos fossem amistosos. A emulação simbólica permitia a imitação de comportamentos importados e incorporados à vida cotidiana, assimilados pela organização social do grupo. Não surpreende que a aceitação de membros de fora do grupo, visitas, acasalamentos, cerimônias de fundo religioso, comemorações e outras demonstrações de hospitalidade organizada se tornassem cada vez mais comuns.

Na fase pós-contato, as relações irão naturalmente superar os limites da consanguinidade. Fry utilizou a expressão “expandir o nós” para se referir ao processo cumulativo de formação de identidades político-sociais de maior amplitude (FRY, 2013, p. 553). Wendt desenvolveu ideia

correlata ao definir o conceito de *identificação* como “um processo cognitivo no qual a distinção Eu-Outro se torna embaçada e no limite é transcendida completamente” (WENDT, 1999, p. 229). Numelin destacou que “o sentimento social amigável, que originalmente era apenas de caráter local, se amplia a fim de abarcar grupos existentes fora de sua própria tribo. Inimigos são, talvez, transformados em amigos. E estranhos podem contar com um tratamento honroso, especialmente se eles aparecem como convidados” (NUMELIN, 1950, p. 123).

Acoplado a isso, o comércio “exterior” se iniciou com o escambo pré-mercado, que na origem poderia ter sido, como já dito, uma troca de presentes. A motivação social, neste caso, aparecia em primeiro lugar. O interesse puramente econômico na transação se apresentava secundário. Não existia noção de valor desenvolvida e tampouco uma necessidade premente de produtos, já que cada bando operava em modo de subsistência. Havia no começo uma quantidade muito limitada de bens que poderiam ser ofertados, pois as comunidades nômades carregavam consigo somente o essencial. Talvez uma caça excepcionalmente afortunada, alguns adornos ou utensílios de pedra pudessem ser trocados. Além disso, os artigos disponíveis dos dois lados poderiam ser muito similares se o ambiente habitado fosse o mesmo, diminuindo o estímulo para eventuais permutas. Se houvesse diversidade geográfica, cresciam as chances de diferenciação do produto: entre populações costeiras ou do interior, habitantes da planície ou da floresta, de espaços montanhosos ou de terras baixas. Maior variedade encorajava o intercâmbio. Em períodos de escassez, provocados por secas, frio intenso ou outras razões, a dificuldade de obter determinado bem poderia tanto intensificar a competição entre bandos vizinhos quanto aumentar a necessidade de obtê-lo por meios amigáveis de bandos mais distantes. Nas situações de abundância, se as condições geográficas e econômicas fossem relativamente vantajosas, ou se o bando tivesse amplas áreas para suas atividades, a probabilidade de fricções com outros grupos teria sido supostamente menor⁶.

É fato que a guerra pode ser uma forma de aquisição de novos bens por meio de métodos violentos: incursões, roubos, saques e pilhagem. De acordo com Keeley, “a guerra representa um método, derivado diretamente da caça, para conseguir de um grupo o que o outro não tem e não pode obter pacificamente” (KEELEY, 1997, p. 161). Entretanto, como atividade pacífica, a base de qualquer intercâmbio repousa na habilidade de cooperar. Não há dúvida de que a cooperação era necessária para a sobrevivência do bando. A ajuda mútua garantia os meios e o acesso a alimento, proteção, reprodução, cuidado dos filhos etc. Como notou Otterbein, “conflito e cooperação são os lados opostos da mesma moeda: onde há conflito entre grupos, há cooperação dentro dos grupos em conflito” (OTTERBEIN, 2004, p. 46).

Compartilhar o produto da caça com o resto do bando, por exemplo, a despeito de ser ou não uma ação altruísta, tinha também um elemento de autointeresse, como uma estratégia de “resseguro”: o caçador bem-sucedido repartia o butim com seus companheiros na expectativa

⁶ Digna de nota é a prática que antropólogos chamam de “comércio silencioso”, que se refere à troca de produtos sem interação direta entre os envolvidos: um grupo leva os bens que deseja trocar a um lugar neutro (que poderia ser uma zona de fronteira) para que mais tarde o outro lado possa recolhê-los e deixar outros para servirem de escambo. O recurso a essa modalidade de intercâmbio poderia ter sido motivado por suspeita ou medo do estrangeiro. Também teria sido uma opção caso o grupo preferisse o isolamento e desejasse reduzir ao mínimo os contatos externos. Pressupunha, entretanto, uma expectativa de que a oferta seria correspondida. Se não fosse reciprocado de boa-fé, esse comércio invisível acabaria interrompido (GRIERSON, 1903, p. 30-36, 41-54).

de ser ajudado por outros quando a sorte não lhe fosse tão benfazeja. Nesse sentido, o princípio da reciprocidade, um dos alicerces da cooperação, surgiu da expectativa de benefício futuro de uma concessão feita hoje. Já havia reciprocidade no interior do bando, vital para sua existência em um ambiente natural repleto de desafios. Esse sentimento impulsionou as primeiras trocas entre bandos diferentes, que, para ter alguma chance de êxito, precisavam de um canal de comunicação não belicoso.

A diplomacia pressupõe confiança, ou seja, conferir a um estranho tratamento similar àquele dado a um membro da família ou do círculo mais próximo de parentesco e convivência. Traçando um paralelo resultante de estudos antropológicos, certos povos indígenas isolados não veem estranhos como “humanos”, o que tornaria difícil tratá-los como “iguais”. Para algumas tribos, o Outro pode ser referido como selvagem, impuro, demônio ou diversos outros termos pejorativos. O estranho é objeto de temor, ódio ou desprezo, não possui direitos, tem costumes alienígenas e linguagem ininteligível. É visto como inimigo e ameaça em potencial. A lealdade ao grupo impediria conceder o atributo da igualdade aos que pertencem a outra coletividade. Imaginando situação análoga entre bandos pré-históricos, a violência comum condenada dentro do núcleo social (um roubo ou homicídio criminoso) estaria em marcado contraste com a impetuosidade admissível no exterior (a guerra), glorificada e recompensada. A solidariedade interna poderia muito bem conviver com a agressividade externa. Não havia mecanismos coercitivos para regular ou restringir a violência intergrupala. A autocontenção que o indivíduo estaria disposto a exercer no plano doméstico não seria aplicável às hostilidades no campo de batalha. O corolário disso, na sua forma mais radical, seria: o que é “nosso” não pode ser “deles” (não partilhar o mesmo território de caça, por exemplo).

Para desenvolver alguma empatia, passo essencial para o ofício de caráter diplomático, esses obstáculos tinham de ser transpostos primeiro. Para que houvesse negociação, era crucial reconhecer o Outro como uma contraparte que também teria direitos. Sua estraneidade (*foreignness*) não deveria ser um demérito incontornável. Assim, antes de haver um intercâmbio pacífico, o estrangeiro/inimigo precisava ser aceito como eventual parceiro/amigo, transição que haveria de ser necessariamente gradual (NUMELIN, 1950 p. 251, 314). E embora haja elementos de identidade, socialmente construídos, que distinguem um grupo do outro, a dicotomia interno/externo não subsiste em estado puro. A interação com o Outro altera a percepção do próprio grupo sobre si mesmo e seu lugar no mundo. Vai perdendo a validade o pressuposto enrijecido de ordem e homogeneidade no plano interno em contraste com a anarquia e a heterogeneidade no plano externo. Quando o estranho/estrangeiro deixa de ser desconhecido, a distinção original entre “nós” e “eles” começa a se desfazer, seja por uniões e fusões entre grupos, seja por enlaces reprodutivos e casamentos (exogamia) ou outras formas de integração, em conformidade com o paradoxo entre o reconhecimento da diferença e o impulso à aglutinação. Pijl destacou a importância dos laços matrimoniais para criar vínculos de parentesco, comércio e aliança, à semelhança das relações dinásticas entre famílias nobres em busca de poder, recursos e proteção. Todos esses fatores somados vão confluir para ajudar a formar os agrupamentos humanos que caracterizarão a fase seguinte no Neolítico.

A gênese de uma protodiplomacia

Como vimos, partilha e reciprocidade (dar e esperar receber algo em troca) eram práticas de convivência existentes dentro do grupo, depois aplicadas à relação com estranhos, em um processo lento de extensão do exercício da hospitalidade para além do círculo familiar e grupal. O convívio oriundo do primeiro encontro é que desencadeou a construção conjunta dos papéis de representação do Eu e do Outro como inimigo, rival ou amigo, para empregar a tipologia proposta por Wendt (1999, p. 246-312).

Esse processo histórico de imbricação e interdependência não significa que o conflito teria sido forçosamente atenuado como consequência da propinquidade: interesses cruzados e proximidade geográfica não determinam que a interação será sempre benigna. Vizinhos de fato vão à guerra. Da mesma forma, o comércio de bens ou os casamentos não impossibilitam a eclosão de conflitos. Pode haver guerra entre sociedades que comerciavam muito entre si ou que mantêm laços fortes de imigração e relações comunitárias (KEELELY, 1997, p. 121-122). É de valor relativo a famosa tese de Montesquieu sobre *le doux commerce*, isto é, de que o efeito natural do comércio seria promover a paz. Essa não é uma condição suficiente. Cabe notar ainda que, paradoxalmente, se tomar o Outro como um estranho fosse a causa primária dos conflitos, poderia ser argumentado que, quanto maior o conhecimento de outros povos, menor a probabilidade de guerra. Não está comprovado que essa seja uma lei incontestável. Se assim o fosse, haveria uma relação necessária entre o conhecimento do Outro e a paz. Mas a História tem demonstrado que pode haver paz entre sociedades que se conhecem pouco e guerra entre sociedades que sabem muito uma da outra. Conhecimento não se confunde com identificação.

Do que foi exposto até aqui, como teria nascido a diplomacia? Segundo uma visão recorrente, a diplomacia moderna teria surgido com a troca de embaixadores permanentes entre os principados da Itália renascentista. Claro está que, muito antes, já existiam modalidades de interação diplomática *lato sensu* que remontam à Antiguidade. Em obra recente, Black optou por considerar que “a diplomacia e, portanto, diplomatas, provavelmente exigia um aparato estatal, que usualmente viria com a escrita. Assim, há inscrições e iconografia, por exemplo do Egito e da Mesopotâmia, que são altamente indicativas” (BLACK, 2010, p. 17). É perfeitamente possível retroagir ainda mais no tempo. Nicolson, em seu conhecido livro sobre o assunto, admitiu essa hipótese, referida jocosamente no seguinte trecho:

A diplomacia, no sentido da conduta ordenada de relações entre um grupo de seres humanos e outro grupo que lhe fosse alienígena, é bem mais velha do que a História [...] Mesmo na Pré-História devem ter existido momentos em que um grupo de selvagens desejou negociar com outro grupo, ao menos com o propósito de indicar que eles estavam fartos da batalha diária e gostariam de uma pausa para recolher seus feridos e enterrar seus mortos. Desde os primeiros, mesmo para nossos ancestrais Cro-Magnons ou Neandertais [sic], deve ter sido evidente que tais negociações seriam severamente comprometidas se o emissário de um dos lados fosse morto e comido pelo outro lado antes que ele tivesse tido tempo de entregar sua mensagem. (NICOLSON, 1969, p. 5-6)

Numelin, que estudou em profundidade as formas intertribais de diplomacia, também considerou ser viável traçar as raízes dessa atividade até o que ele chamou de “diplomatas primitivos”: “Desde que as sociedades existem lado a lado sem viver em um estado de permanente inimizade, e às vezes mesmo assim, certas formas rudimentares de uso diplomático têm evoluído, primeiro por meio de mensageiros ocasionais, mais tarde por meio de enviados ou representantes similares” (NUMELIN, 1950, p. 124).

Como outros fatores intervenientes nas relações exteriores, a diplomacia é um produto da cultura. Não surgiu espontaneamente logo no primeiro encontro. Percorreu-se uma evolução gradativa desde o antropeide dominado pelo instinto até ao ser humano adaptável culturalmente. Mas, se admitirmos que pudessem ter existido, no Paleolítico, mensageiros entre os bandos ou enviados com atribuições específicas, o primeiro “diplomata” terá sido um “representante” do bando a quem teria sido confiada a missão informal de levar alguma mensagem à outra parte. Tal mensagem poderia ser ou não de trégua e adquirir outra conotação, caso o intuito fosse pressionar, advertir ou até mesmo ameaçar. Se acompanhada de um presente, poderia ser vista como sinal de intenções pacíficas. Seria plausível, ainda, que a mesma pessoa ou grupo que estivesse na linha de frente exercesse várias funções simultâneas, tais como de emissário, comerciante ou espião.

É útil assinalar, nesse contexto, que os preparativos, a socialização e o *modus operandi* para a caça e para a guerra eram praticamente os mesmos. A negociação, todavia, exigia habilidades mais complexas de comunicação com a outra parte, adquiridas depois de lenta maturação. Ao atribuir significados acordados a coisas existentes ou abstratas, o desenvolvimento da linguagem articulada ampliou os meios à disposição para gerenciar conflitos. Do mesmo modo, como as necessidades práticas antecederam as representações simbólicas na evolução dos humanos pré-históricos, com maior probabilidade a primeira interação de natureza “diplomática” teria surgido para resolver uma questão concreta, qualquer que fosse ela. Talvez algo básico, como a disputa por um animal de grande porte ou por acesso a água. As formas ritualísticas se desenvolveram posteriormente. Com o tempo, o protocolo se sofisticou para mitigar a incerteza e buscar “amarrar” certos compromissos, reforçando o caráter solene do que os dois lados pretendiam pactuar. Na ausência de um sistema de escrita, por mais forte razão um ritual elaborado transmitiria a impressão necessária para mostrar a todos o significado mais profundo daquilo que havia sido acordado.

Para serem viáveis no longo prazo, os bandos deviam assegurar sua capacidade de reprodução aproximando-se ou mantendo pontes de contato com outras populações. Isolar-se completamente, para um grupo diminuto, poderia significar um suicídio demográfico. Objetivando minimizar os riscos e reduzir a sua vulnerabilidade genética, essas unidades formavam sistemas de intercâmbio muito mais amplos de que seus territórios contíguos, incluindo uma rede de informações que facilitasse a comunicação. Buzan e Little realçaram o êxito dessa estratégia, ilustrado de forma épica pela colonização do globo empreendida pelo *Homo sapiens* durante o Pleistoceno tardio: “Será necessário não apenas manter boas relações com bandos vizinhos, mas a informação precisa passar constantemente pelos canais de comunicação, a fim de que o bando saiba a quem recorrer quando a necessidade surgir” (BUZAN;

LITTLE, 2000, p. 120). Assim, interconexões de variados níveis e elos de comunicação regular constituíam o pano de fundo para que agentes e/ou “representantes” de cada unidade fizessem o trabalho que ajudava a sustentar essas redes de relacionamento intergrupal.

Milhares de anos depois, a revolução do Neolítico modificou a natureza do sistema “pré-internacional” dos caçadores-coletores. Quando os bandos se organizaram em tribos e posteriormente se estabeleceram em aldeias e vilas, há 10 mil anos, a dinâmica “internacional” mudaria substancialmente. O processo de aglutinação populacional, o advento da agricultura, a domesticação de plantas e animais, bem como outras inovações tecnológicas, proporcionaram o surgimento de sociedades sedentárias que iriam suplantarem em importância, mas não suprimir inteiramente, os bandos nômades paleolíticos.

Arqueólogos e historiadores discutem se um ambiente conflituoso entre os bandos forrageiros teria evoluído para formas mais pacíficas de relacionamento no Neolítico, tema que foge do escopo deste artigo. As novas tribos organizadas poderiam ver vantagens na ausência de guerra contínua ou de ameaças constantes e preferir a conciliação à agressão. Para alguns estudiosos, o Neolítico teria tido um efeito apaziguador nas tendências guerreiras do Paleolítico. Isso teria permitido à civilização florescer, ao criar um contexto propício ao desenvolvimento das manifestações artísticas e culturais. Há autores que apontam na direção oposta, isto é, que as evidências de guerra teriam aumentado. Apesar dos benefícios da vida sedentária em termos de produção e estoque de alimentos, a incerteza não desapareceu. Unidades mais ricas e sofisticadas despertavam a cobiça de outras. Tornar fixo o local de moradia não diminuiu a sensação de insegurança. Aldeias estariam mais suscetíveis a ataques em comparação com a flexibilidade própria do nomadismo (WADE, 2007, p. 139-142; GUILAINE; ZAMMIT, 2005, p. 19-33).

Sem entrar no mérito desse debate, importa reter que progressos econômicos, sociais e culturais de fato tiveram o condão de ampliar o repertório diplomático, fundado na reciprocidade, que poderia incluir avanços significativos na comunicação, negociações formais conduzidas por emissários, cerimônias de paz mais aprimoradas, troca regular de presentes como demonstração de amizade, casamentos e celebrações com música e dança, além de uma incipiente noção da necessidade de conferir algum grau de imunidade aos enviados estrangeiros (“não mate o mensageiro”). Essas manifestações de diplomacia embrionária evoluíram juntamente com o adensamento dos contatos socioculturais entre as tribos. Sua abrangência cresceria de modo consistente e sustentado, seja por meio de casamentos, rituais religiosos conjuntos, festivais pagãos e peregrinações a lugares sagrados, seja por fluxos comerciais mais intensos, migrações e viagens de missionários, exploradores e aventureiros.

Mais contato e mais imbricação podem resultar no alargamento e eventual superação relativa da estraneidade, entre o que pertence ao âmbito doméstico e o que é estrangeiro, estranho, diferente, que deixa de sê-lo se quem está “de fora” tem sua humanidade plena reconhecida, independentemente do local de nascimento ou do substrato social de onde veio. O Outro não precisaria ser erradicado nem tampouco obliterado por sua assimilação pura e simples. A “expansão do nós”, como sugerida acima por Fry, seria teoricamente capaz de impulsionar relações menos conflituosas. A identificação envolveria “estender as fronteiras do

Eu para incluir o Outro” (WENDT, 1999, p. 229). Dito de outro modo, se tal transição viesse a ocorrer, uma nova identidade coletiva significaria disseminar o senso de pertencimento (*we-feeling*) a um número maior de populações em comparação com o núcleo sistêmico formado originalmente somente por “nós” e “eles”.

Conclusão

As relações internacionais têm uma abrangência universal. Não estão atadas a uma única civilização, região ou área geográfica específica, nem a uma cultura, nação ou grupo étnico em particular. Envolvem diversos tipos de interação (econômica, social, cultural etc.) entre coletividades humanas independentes e politicamente constituídas, ainda que de forma rudimentar. Essas relações são estabelecidas ao longo do tempo e em determinados espaços. As coletividades podem ser pequenos grupos sem escrita, comunidades com organização política incipiente ou ainda complexas sociedades modernas.

Se a disciplina de RI já foi caracterizada como “anglo-saxônica”, centrada no Ocidente, ou excessivamente vinculada ao legado do sistema de Estados europeu, sua desejada transformação em uma área de estudo global deveria passar pela busca de uma origem que não seja o espelho de modelos datados no tempo e no espaço. Precisamos de narrativas que transcendam barreiras culturais limitadoras, que contemplem o desenvolvimento da espécie humana como um todo e suas variadas formas pré-vestfalianas de organização político-social. Nesse sentido, debruçar-se sobre a diversidade da era pré-estatal pode ser uma experiência enriquecedora. Seu foco estará na ontologia do fenômeno como interação humana, suscetível de uma abordagem multidisciplinar, universalista e plural, que respeite os eventos históricos por sua importância intrínseca.

Um programa de pesquisa que partisse dessa perspectiva analítica poderia explorar algumas questões teóricas daí decorrentes e ampliar nosso conhecimento sobre eventuais implicações conceituais desse mito fundador alternativo, tais como: que o objeto a analisar é muito mais antigo e complexo do que no modelo eurocêntrico; que os atores não são apenas unidades territorialmente fixas, atuam em redes e devem ser entendidos no seu contexto histórico, social e ambiental; que a dicotomia relativa interno/externo (dentro/fora) corresponde a um tipo ideal mutualmente construído; que as coletividades políticas convivem no longo prazo com a tensão perene entre a singularidade e a absorção, oscilando entre a autonomia e a interpenetração; que as relações estabelecidas pós-contato não são estáticas, mecânicas, lineares nem predeterminadas, estando sujeitas à incerteza e à mudança; que o aumento da complexidade dos sistemas afeta o status das suas unidades constitutivas, que se adaptam e coevoluem interligadas entre si; ou que o significado diacrônico da noção de estrangeiro reforça o sentido de impermanência na relação entre grupos humanos.

Apesar de distinta, de muitas maneiras, das sociedades sedentárias que dominam a paisagem humana atual, a vida nômade “pré-internacional” de nossos antepassados caçadores-coletores cobre um período histórico muito mais longo (pelo menos 90% da história do *Homo*

sapiens), o que talvez fosse um motivo para dedicar-lhe alguma atenção ao se investigar os fundamentos das RI. É evidente que a experiência do Paleolítico não pode por si só nos dar a chave para entender o mundo de hoje. O caminho para isso é muito mais árduo e tortuoso. Mas, se os mitos cumprem alguma função, ainda temos a capacidade de escolhê-los.

Referências

- BLACK, Jeremy. *A history of diplomacy*. Londres: Reaktion Books. 2010.
- BREMMER, Ian. *Every nation for itself: what happens when no one leads the world*. Londres: Portfolio Penguin. 2013.
- BUZAN, Barry; LITTLE, Richard. *International systems in world history: remaking the study of international relations*. Oxford: Oxford University Press. 2000.
- CASHMAN, Greg. *What causes war? An introduction to theories of international conflict*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers. 2013.
- CLARK, Graham E. *A pré-história*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975.
- COHEN, Raymond; WESTBROOK, Raymond. *Amarna diplomacy: the beginnings of international relations*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2000.
- CUMMINGS, Vicki, (Ed.). *The Oxford handbook of the archaeology and anthropology of hunter-gatherers*. Oxford: Oxford University Press. 2014.
- GAT, Azar. *War in human civilization*. Oxford: Oxford University Press. 2006.
- GUILAINE, Jean; ZAMMIT, Jean. *The origins of war: violence in Prehistory*. Malden: Blackwell Publishing. 2005.
- FERGUSON, Yale H.; MANSBACH, Richard W. *Remapping global politics: history's revenge and future shock*. Cambridge: Cambridge University Press. 2004.
- FRIED, Morton H. *A evolução da sociedade política: um ensaio sobre antropologia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1976.
- FRY, Douglas. *Beyond war: the human potential for peace*. Nova York: Oxford University Press. 2009.
- FRY, Douglas (Ed.). *War, peace, and human nature: the convergence of evolutionary and cultural views*. Nova York: Oxford University Press. 2013.
- GOLDIN, Ian. *Divided nations*. Oxford: Oxford University Press. 2013.
- GRIERSON, P. J. Hamilton. *The silent trade: a contribution to the early history of human intercourse*. Edinburgh: William Green & Sons Law Publishers. 1903.
- HOBBS, Thomas. *Leviathan*. Londres: Penguin Books. 1985.
- KEELEY, Lawrence H. *War before civilization: the myth of the peaceful savage*. Oxford: Oxford University Press. 1997.
- KELLY, Robert L. *The lifeways of hunter-gatherers: the foraging spectrum*. Cambridge: Cambridge University Press. 2013.

- KISSANE, Dylan. *Political chaos: essays in international relations theory*. Loreto: Simplicissimus Book Farm. 2014.
- KRASNER, Stephen D. *Sovereignty: organized hypocrisy*. Princeton: Princeton University Press. 1999.
- KUPCHAN, Charles A. *No one's world*. Nova York: Oxford University Press. 2012.
- LAÏDI, Zaki. *Um monde privé de sens*. Paris: Hachette. 2001.
- LEAKEY, Richard. *A origem da espécie humana*. Rio de Janeiro: Rocco. 1997.
- MANNING, Patrick. *Navigating world history: historians create a global past*. Nova York: Palgrave. 2003.
- McNEILL, William H. The changing shape of world history. *History and Theory*. Hoboken, vol. 34, n. 2, Theme issue: World historians and their critics, p. 8-26. 1995.
- NICOLSON, Harold. *Diplomacy*. London: Oxford University Press. 1969.
- NUMELIN, Ragnar. *The beginnings of diplomacy: a sociological study of intertribal and international relations*. Londres: Oxford University Press/Copenhague: Ejnar Munksgaard. 1950.
- OSIANDER, Andreas. Sovereignty, international relations and the Westphalian myth. *International Organization*. Cambridge, v. 55, n.2, p. 251-287. 2001.
- OTTERBEIN, Keith F. *How war began*. College Station: Texas A&M University Press. 2004.
- PIJL, Kees van der. *Nomads, empires, states: modes of foreign relations and political economy*, vol. 1. London: Pluto Press. 2007.
- PIJL, Kees van der. *The foreign encounter in myth and religion: modes of foreign relations and political economy*, vol. 2. London: Pluto Press. 2010.
- PIJL, Kees van der. *The discipline of Western supremacy: modes of foreign relations and political economy*. vol. 3. London: Pluto Press. 2014.
- ROBERTS, Alice M. *Evolution: the human story*. Londres: Dorling Kindersley. 2011.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O estado de guerra nascido do estado social* (Fragmentos, ca. 1755-1756). In: *Rousseau e as relações internacionais*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/EdUnB/IPRI. 2003.
- SCHWELLER, Randall L. *Maxwell's demon and the golden apple: global discord in the new millennium*. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2014.
- SEDDON, Christopher. *Humans: from the beginning*. Dobbs Ferry: Glanville Publications. 2014.
- SHIBASAKI, Atsushi. Myths in a discipline: IR and 'the Peace of Westphalia'. *Journal of Global Media Studies*. Komazawa University, vol. 14, p. 41-52. 2013. Trabalho apresentado no Seminário 'Historical Turn in International Relations', Ritsumeikan University, Tóquio, 11/30/2013. Disponível em <<http://gmsweb.komazawa-u.ac.jp/wp-content/uploads/2014/04/h14-4.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2015.
- STIRK, Peter M. R. The Westphalian model and sovereign equality. *Review of International Studies*. Cambridge, vol. 38, issue 3, p. 641-660. 2012.
- TATTERSALL, Ian. *The world from beginnings to 4000 BCE*. Nova York: Oxford University Press. 2008.

TATTERSALL, Ian. *Masters of the planet: the search for our human origins*. Nova York: Palgrave Macmillan. 2012.

TESCHKE, Benno. *The myth of 1648: class, geopolitics, and the making of modern international relations*. Londres: Verso. 2003.

WADE, Nicholas. *Before the dawn: recovering the lost history of our ancestors*. Londres: Penguin Books. 2007.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Editora UnB. 2004.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

WRIGHT, Quincy. *A guerra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora. 1988.